



# VISÃO E DEMANDAS PARA A COP30

Constituinte de Mulheres e Gênero da  
América Latina e do Caribe (LAC WGC)

Novembro de 2025

# INTRODUÇÃO

A COP30 será realizada em uma região cuja complexidade se estende desde as montanhas que acolhem nossos povos originários até as costas onde o mar ecoa histórias de resistência, abrangendo os centros urbanos onde a comunidade se organiza e os campos que produzem tanto o sustento quanto a esperança. Esta Conferência ocorre em um contexto de emergência climática e de recrudescimento de ações coordenadas, violentas e financiadas pela supremacia branca contra a autonomia corporal de mulheres e pessoas de gênero diverso, particularmente as racializadas e oriundas do Sul Global. Concomitantemente, observamos a disseminação de políticas anti-imigração que comprometem a integridade de pessoas migrantes, refugiadas e deslocadas.

Reconhecemos, desde a liderança haitiana pela abolição da escravidão na região até a resistência palestina contra o apartheid e o genocídio, o mesmo clamor por liberdade que ressoa em nossos territórios, a mesma busca por autodeterminação que defendemos ao afirmar que nossos corpos e territórios não são negociáveis. A libertação de nossos povos integra a mesma luta contra um sistema que se utiliza da criminalização, ocupação e militarização para perpetuar a concentração de poder e riqueza.

Em um momento crucial da história planetária, nós, feministas da região da América Latina e do Caribe, erguemos nossas vozes em prol da transformação sistêmica, cientes de que a emergência climática não é neutra. Ela não é resultado de uma crise isolada e, para sua compreensão, é imperativo abordar a interseccionalidade de nossas lutas, considerando fatores como gênero, raça, ancestralidade indígena, classe, entre outros.

Nossa região, detentora da maior biodiversidade do planeta, tem sido convertida em zona de sacrifício racial por um modelo capitalista que negligencia a dignidade em sua incessante busca por extração, exploração e devastação. As forças que saquearam nossa borracha, nossas bananas e nosso petróleo são as mesmas que hoje impõem projetos sob o pretexto da transição corporativa, beneficiando apenas uma minoria e condenando nossos territórios e corpos a serem meros ativos no mercado global de carbono. Nossas terras ancestrais transformam-se em depósitos tóxicos, em crateras de solo avermelhado contaminado por mercúrio, em sumidouros de carbono para que o Norte Global mantenha seu consumo ilimitado.

Em toda a região, testemunhamos a aflição das mulheres afrodescendentes que veem a seca destruir seus cultivos, o olhar das crianças indígenas que assistem à mineração envenenar os corpos d'água que viram suas avós crescerem, e a dor da camponesa que é forçada a migrar devido aos agroquímicos que contaminaram as sementes da vida. Fica evidente, portanto, que a emergência climática possui uma dimensão de gênero.

As cadeias imperialistas de dependência nos relegam à condição de eterna despesa de matérias-primas, enquanto destroem o planeta e absorvem nossos recursos como parte das

armadilhas da dívida impostas a nossos países e territórios. O cartel global de exploração laboral subestima nosso tempo, habilidades e conhecimentos, exaurindo-nos na corrida artificial pelo “sucesso” — uma concepção importada e elaborada de progresso e prosperidade que, em sua essência, fomenta a cobiça e a destruição planetária.

A compreensão desta realidade exploradora é um passo fundamental para o fortalecimento de nosso poder coletivo. Somos a força guardiã dos saberes que mantiveram as florestas vivas, praticamos a agroecologia antes que recebesse um nome, e somos aquelas que tecem redes de cuidado comunitário, apesar da invisibilidade imposta pelo sistema. Nossas ancestrais já sabiam o que a ciência confirma hoje: não há futuro possível sem justiça, não há sustentabilidade sem interdependência ecossistêmica, e não há um planeta B para aqueles que já vivem à margem do planeta que habitamos.

Esta visão regional reflete o esforço coletivo de lideranças unidas na defesa da vida em todas as suas manifestações. Na COP30, apresentamos as vozes de nossos territórios, nutridas por nossas resistências. Manifestamo-nos a partir dos territórios, comunidades e ilhas do Sul Global, convocando a solidariedade internacional para a construção de um mundo centrado na vida e não na opulência; onde o bem viver substitua a versão capitalista de viver melhor à custa de nossas comunidades e das espécies irmãs.

Este é o nosso clamor, esta é a nossa voz em resistência!



## **QUEM COMPÕE O GRUPO REGIONAL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE DA CONSTITUINTE DE MULHERES E GÊNERO (LAC WGC)?**

*Somos ativistas, coletivos, organizações de mulheres, diversidades, LGBTQIAP+, mulheres de áreas urbanas, rurais e periféricas, migrantes, pessoas com deficiência, crianças, jovens, povos originários, afrodescendentes, comunidades pluriculturais e multiétnicas, camponesas, defensoras ambientais urbanas e da periferia, que zelam pela vida e lutam pela defesa de nosso território, estendendo-se do Anáhuac da América do Norte e Central até a Abya Yala da Terra do Fogo.*

*Representamos as vozes de uma região que viu escorrer por suas veias abertas não apenas o ouro e a prata que enriqueceram impérios distantes, mas também o sangue daqueles que defenderam e continuam defendendo a vida em todas as suas formas.*

# NOSSO DIREITO AO TERRITÓRIO, AOS OCEANOS E À LUTA DIGNA POR SUA DEFESA

A América Latina e o Caribe [é uma das regiões mais ricas do planeta em diversidade biológica](#), abrigando 40% da biodiversidade mundial. Na região, as comunidades indígenas protegem 80% da biodiversidade global, e 36% das florestas intactas remanescentes encontram-se em seus territórios. É também a região mais perigosa do mundo para quem defende a vida e os ecossistemas. As pessoas defensoras dos territórios, que por meio do cuidado trabalham para conservar o equilíbrio dos ecossistemas, se expõem a consequências graves de violência, perseguição, criminalização e até a morte. É injusto que enterremos [146 defensoras e defensores ambientais assassinados em 2024](#), dos quais 81% dos assassinatos se concentraram em nossa região.

O contexto dessa violência sistemática entrelaça-se com profundas injustiças históricas que demandam reparações. Como região, enfrentamos os impactos mais severos da mudança do clima — perda de territórios, eventos extremos, deslocamentos, afetação de meios de vida — **sem termos contribuído de maneira significativa para causar essa crise**. Por isso, **as reparações climáticas não são caridade nem cooperação voluntária: são um direito fundamental**, reconhecido pelo direito internacional.

É neste cenário devastador que, a partir da sociedade civil, impulsionamos o Acordo de Escazú como ferramenta crucial para alcançar, no médio prazo, um ambiente saudável para as gerações atuais e futuras. A vinculação do Acordo de Escazú às reparações climáticas estabelece um campo fértil para o fortalecimento das lutas comunitárias e para o avanço em direção à justiça histórica. Por meio dos direitos de acesso à informação, à participação pública e à justiça, previstos no Acordo de Escazú, as comunidades podem documentar rigorosamente os danos e perdas causados pelas mudanças climáticas, exigir a reparação desses impactos e participar ativamente na definição de políticas e medidas que afetam seus territórios. Escazú oferece um arcabouço legal que ampara essas demandas e reconhece o papel dos defensores do meio ambiente, assegurando condições mais seguras para sua atuação. Desse modo, o acordo estabelece uma ponte entre as lutas territoriais, as obrigações estatais e os mecanismos internacionais de reparação, fortalecendo o direito das comunidades de permanecerem em seus territórios em condições dignas e seguras.

Para diversas comunidades indígenas, afrodescendentes, camponesas e costeiras da América Latina e do Caribe, defender o território é uma prática diária que engloba a proteção de rios, florestas, montanhas, manguezais e de todas as formas de vida que os sustentam. Essas comunidades não apenas zelam pela natureza, mas são guardiãs do planeta, preservando e compartilhando saberes ancestrais por gerações. Os territórios possuem o direito a um ambiente saudável; têm o direito a que o dano seja reparado na forma que necessitam e não de maneira imposta.

## TRANSICIONES JUSTAS, FEMINISTAS Y SOBERANAS

A América Latina e o Caribe foram historicamente limitados a funcionar como o armazém de minerais, combustíveis, alimentos e produtos de exportação para atender ao consumo desmedido do Norte Global. Esta situação é uma consequência de endividamentos ilegítimos, condicionalidades e ajustes estruturais que espoliam a riqueza de nossos territórios, o tempo e a força de trabalho de nossos povos. Em sua dimensão mais profunda, quase invisível, essas dinâmicas imperialistas e capitalistas são sustentadas pela exploração, precarização e não remuneração do trabalho doméstico e de cuidado — da vida e dos ecossistemas — realizado por mulheres e dissidências, particularmente racializadas, indígenas e migrantes que habitam as geografias do Sul.

A partir de nossa região, contestamos a imposição de modelos hegemônicos de transição corporativa que atendem aos interesses do capital. Tais modelos definem minerais como “críticos” e “estratégicos” para a segurança e eletrificação do Norte Global, categorizam territórios de elevado significado espiritual e ecossistêmico como “espaços vazios” a serem explorados e degradados, convertendo-os em zonas de sacrifício racial.

**As transições justas, sob uma perspectiva feminista estrutural e interseccional, questionam o paradigma do crescimento econômico e os regimes laborais exploradores, ao mesmo tempo em que defendem uma transição baseada no cuidado e orientada à soberania agrícola, energética, tecnológica e econômica.**

**As transições justas e feministas devem estabelecer as condições sociais e políticas necessárias para a participação, a justiça e a restauração ecológica, democratizando o acesso à energia, especialmente para as comunidades historicamente excluídas. Isso inclui mecanismos e processos que garantam os direitos humanos, a equidade de gênero e os direitos de populações indígenas e afrodescendentes, incluindo o direito ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI).**

**Convocamos os governos do Norte Global a priorizarem o cancelamento da dívida injusta, impulsionarem a desmilitarização, ratificarem o Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis e se unirem ao apelo de solidariedade internacional, impondo um embargo energético global a Israel.**

## DESMILITARIZAÇÃO DOS CORPOS-TERRITÓRIOS

Os impactos da militarização dos territórios, justificados pela noção imperialista de conservação, pela extração de minerais e pela securitização de áreas geográficas estratégicas para o “desenvolvimento” de interesses econômicos privados do Norte Global, têm provocado



conflitos socioambientais na região. Isso fomenta o extrativismo colonial, o patriarcado e o imperialismo, perpetuando um continuum de violência e exclusão socioeconômica nos corpos-territórios, sobretudo em comunidades racializadas, camponesas e indígenas. Tal cenário implicou a normalização da presença e influência militarizadas de atores armados legais e ilegais, criminalizando e estigmatizando o exercício da defesa territorial — em especial por parte das mulheres e suas iniciativas coletivas e comunitárias — no Brasil, Colômbia, Equador e em toda a América Central, para citar alguns exemplos.

Concomitantemente, é negligenciado o impacto ambiental da indústria militar, que gera emissões diretas e indiretas de CO<sub>2</sub>, representando mais de 5% anuais do total de gases de efeito estufa — uma taxa superior à das indústrias de aviação e de transporte marítimo — e constitui a quarta maior fonte de emissões, após Estados Unidos, China e Índia.

**É crucial que os Estados-membros e os organismos internacionais, incluindo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotem ações e medidas concretas e eficazes para garantir maior transparência e prestação de contas por parte da indústria militar em relação às suas emissões de CO<sub>2</sub>. Sem isso, persistirá uma grande lacuna para o alcance dos objetivos do Acordo de Paris, conforme os planos estabelecidos nas Contribuições Nacionalmente Determinadas.**

**A LAC WGC apela ao desinvestimento na indústria militar, que aplica trilhões de dólares na securitização dos territórios sob o discurso de proteção ambiental, gerando deslocamentos, apropriação de terras, conflitos marítimos e estigmatização da resistência civil, entre outros impactos. Exigimos que os Estados-membros estabeleçam mecanismos efetivos de participação da sociedade civil — em particular das mulheres defensoras territoriais e ambientais —, bem como garantias de proteção e segurança, com medidas afirmativas para as defensoras, distantes de soluções militarizadas que elevam ainda mais o risco para suas vidas.**

## **SAÚDE SEXUAL E DIREITOS REPRODUTIVOS**

As múltiplas formas de discriminação e deslocamento na América Latina e no Caribe geram vulnerabilidades em cascata que afetam de maneira desproporcional a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas. Essa realidade é intensificada na região pelo tráfico de pessoas, frequentemente ligado ao tráfico ilícito de migrantes, que ocorre em muitas ocasiões dentro das fronteiras nacionais. Pessoas migrantes que buscam superar desafios sociopolíticos, ambientais e econômicos frequentemente se deparam com sistemas de exploração sexual e trabalho forçado, e mulheres e meninas enfrentam um risco acentuado de violência de gênero e tráfico.

Os efeitos das mudanças climáticas, juntamente com as medidas de austeridade decorrentes da dívida ilegítima, exacerbam as deficiências nas garantias de proteção social, na prestação de serviços públicos, na infraestrutura sanitária e nos programas de atendimento a pessoas que sofreram diversas formas de abuso. Para meninas e mulheres deslocadas que vivem em contextos humanitários, a falta de acesso a serviços de saúde e a direitos sexuais e reprodutivos figura entre as múltiplas causas de morte. Os pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe enfrentam vulnerabilidades únicas, como a elevação do nível do mar — que contamina fontes de água — e eventos meteorológicos extremos, que perturbam repetidamente os frágeis sistemas de saúde em geral e, de modo particular, a saúde sexual e os direitos reprodutivos. Para pessoas migrantes indocumentadas, a situação legal restringe ainda mais o acesso a serviços essenciais de saúde sexual e direitos reprodutivos.

**Nossa visão exige que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), os Planos Nacionais de Ação (NAP) e a ação climática incorporem a saúde sexual e os direitos reprodutivos como uma consideração importante, oferecendo educação sexual integral; acesso a produtos menstruais sustentáveis para pessoas vulnerabilizadas pela pobreza menstrual; e acesso à água, saneamento e higiene (WASH). Demandamos assistência médica que proteja mulheres e meninas indocumentadas ao acessarem serviços de saúde sexual e reprodutiva, bem como a criação de políticas de abrigo seguro que combatam a violência e a discriminação no acesso a esses serviços. Em conexão com isso, o setor de saúde deve empreender um esforço coordenado para investigar e reduzir doenças e agravos provocados pelo clima, integrando o apoio à saúde mental e ao trauma na resposta climática, especialmente para mulheres e meninas desproporcionalmente afetadas por desastres.**

**É necessário fornecer formação às Partes sobre as sensibilidades de pessoas LGBTQ+ e pessoas com deficiência, para aprimorar e priorizar a coleta de dados desagregados, a fim de compreender melhor e responder aos impactos diferenciados das mudanças climáticas na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos em identidades interseccionais — em particular em países onde comunidades marginalizadas enfrentam criminalização.**

## **NÃO ÀS FALSAS SOLUÇÕES**

Inseridas na retórica da “neutralidade climática” para alcançar a falácia das “emissões líquidas zero” e justificadas em nome da “conservação imperial”, proliferaram novas tecnologias e mecanismos. Estes são comercializados como compensações positivas que, na realidade, representam distrações perigosas e não comprovadas. Os mercados de carbono; títulos de natureza; captura e armazenamento de carbono; expansão de monocultivos de árvores como sumidouros de carbono; energia nuclear, hidrelétrica ou baseada em agrocombustíveis; gás

“natural”; incineração de resíduos; geoengenharia, entre outras, funcionam como cortinas de fumaça que criam oportunidades para a ampliação da acumulação de capital e para favorecer grandes transnacionais por meio do *greenwashing*.

**Essas distrações perigosas foram classificadas como falsas soluções por comunidades e ativistas, pois operam sob um colonialismo do carbono que transforma nossos territórios em zonas de compensação, permitindo que países industrializados evitem suas responsabilidades reais de redução. As metas de “líquido zero” representam uma licença para “emitir agora e pagar depois”, deslocando à força comunidades locais, afrodescendentes e indígenas de seus territórios e de seus corpos d’água de origem, violando nossos direitos humanos coletivos e individuais. Os projetos de carbono invadem nossas comunidades, criminalizam nossa resistência e deslegitimam governos do Sul Global por descumprirem “compromissos” assumidos em condições de dependência.**

**Como povos do Sul, exigimos a eliminação imediata dessas falsas soluções do repertório de ações climáticas, estabelecendo auditoria rigorosa dos projetos de carbono que estão invadindo nossas comunidades, violando direitos humanos, coletivos e da natureza — seja no mercado regulado ou desregulado — bem como dos casos de “pirataria de carbono”. Os países industrializados devem assumir o compromisso com reduções reais em seus próprios territórios, abstendo-se de recorrer a mecanismos de compensação que subordinam nossos países por meio de fundos condicionados que colocam nossos territórios em mercados especulativos.**

**Reivindicamos as soluções efetivas já implementadas por nossos povos: lutas antiextrativistas; agricultura camponesa; agroecologia que gera soberania alimentar sem agrotóxicos fósseis; e conservação coletiva que protege ecossistemas como lares de seres humanos e não humanos, e não como sumidouros de carbono. Essas alternativas populares e democráticas não mercantilizam as funções da natureza, fortalecem o tecido social, questionam padrões coloniais e se fundamentam no cuidado e nas relações de ecodependência, distribuindo benefícios entre todas/os que participam da construção de futuros dignos e sustentáveis.**

## **FINANCIAMENTO CLIMÁTICO JUSTO E FEMINISTA**

O financiamento climático deve ser transformado em um instrumento de justiça, autonomia e reparação histórica — o que inclui o cancelamento de dívidas ilegítimas e o reconhecimento de responsabilidades por danos ambientais e sociais. Não se trata apenas de mobilizar fluxos financeiros, mas de realocá-los com base no cuidado e de reverter um modelo extrativista que continua a asfixiar os países do Sul Global.



Esses recursos não podem permanecer atrelados a esquemas burocráticos nem sujeitos a lógicas de mercado. Rejeitamos a cooptação corporativa dos fluxos financeiros para a ação climática, que visa promover falsas soluções para gerar lucros aos atores já responsáveis pela crise climática. Rejeitamos, igualmente, mecanismos de dívida no contexto do financiamento climático que conduzem a políticas de austeridade e afetam de forma desproporcional as mulheres em toda a sua diversidade, ao enfraquecer o investimento social.

**A liderança no uso e na gestão desses fundos deve estar sob o controle das próprias comunidades mais impactadas, reconhecendo mulheres indígenas, afrodescendentes, camponesas, juventudes e diversidades como sujeitos políticos e não meras beneficiárias. Esses fundos devem ser canalizados de maneira direta, justa e ágil para aqueles que sustentam a vida nos territórios, fortalecendo as soluções comunitárias já existentes diante da emergência climática. Isso implica a criação de janelas de acesso direto nos fundos internacionais, livres de intermediação que dilua ou condicione os recursos.**

**Em um contexto no qual as mulheres, em toda a sua diversidade, absorvem de maneira não remunerada os custos da crise climática por meio de seu trabalho de cuidado, é vital que as discussões sobre financiamento climático avancem para o reconhecimento, a remuneração e a redistribuição dessas cargas.**

**É imprescindível garantir transparência e prestação de contas por meio de mecanismos feministas de monitoramento, com indicadores que integrem gênero, raça, classe e território, e com processos participativos para definir prioridades de investimento em todas as etapas de implementação dos fundos. Soma-se a isso a urgência de investir no fortalecimento de capacidades locais, com formação política e técnica em mecanismos financeiros internacionais, para que as comunidades possam acessar e influenciar com poder nos espaços globais.**

**A democratização do financiamento climático requer que os recursos financeiros sejam traduzidos cultural, política e linguisticamente, garantindo a apropriação e o controle comunitário. Exige, ainda, marcos legais vinculantes, ancorados nos direitos humanos, que superem padrões voluntários e assegurem que o financiamento seja justo, rastreável e orientado à vida, e não ao lucro.**

## BIODIVERSIDADE

Denunciamos o “*greenwashing*” corporativo e a busca por rentabilidade que viabilizam o desmatamento e a queima de solos para expandir monocultivos; a contaminação dos oceanos por acidificação; a mineração de minerais “estratégicos”; biocombustíveis ou megaprojetos hidrelétricos que destroem ecossistemas e vulneram os direitos das mulheres e dos povos. Questionamos a imposição de áreas protegidas que resultam na expulsão de povos indígenas e afrodescendentes de suas terras ancestrais, ignorando que são estes povos que historicamente salvaguardaram a biodiversidade. A defesa da biodiversidade em nossa região não pode ser subordinada a interesses corporativos nem à mercantilização da natureza.

**Exigimos que a biodiversidade seja reconhecida como patrimônio comum dos povos, e não como recurso financeiro ou objeto de especulação. Mulheres, dissidências, comunidades indígenas, afrodescendentes, camponesas e juventudes têm sustentado a proteção de ecossistemas e espécies com seus saberes, práticas comunitárias e cosmovisões, apesar dos impactos do extrativismo e das mudanças climáticas.**

**Demandamos a garantia do consentimento livre, prévio e informado em qualquer iniciativa que afete os territórios e a proibição de megaprojetos extrativistas e agroindustriais em zonas de alta biodiversidade.**

**Exigimos o estabelecimento de mecanismos de financiamento direto e sem intermediação corporativa para iniciativas locais de conservação lideradas por mulheres, juventudes e comunidades, priorizando modelos de gestão comunitária e ecofeminista que assegurem a continuidade da vida diante da crise climática e ecológica.**

## ADAPTACIÓN

A crise climática já está ceifando vidas em todo o mundo; a mitigação não está sendo efetivada, e perdas e danos deixam comunidades inteiras em grande vulnerabilidade. Contudo, mulheres e pessoas da comunidade LGBTQ+ latino-americanas e caribenhas possuem um vasto histórico de construção de resistência e adaptabilidade, do qual tomadores de decisão, negociadores e grande parte da comunidade global podem aprender e aplicar. A COP30 oferece a oportunidade de tomar decisões focadas na adaptação com abordagem de gênero e comunitária, que possam fortalecer nossos territórios diante da atual emergência ecológico-social.

Tem sido evidente, ao longo dos anos, o enfraquecimento do tema e das negociações a ele relacionadas por parte dos países do Norte Global, com o objetivo de evitar a discussão das necessidades do Sul Global e de suas responsabilidades. É o momento de avançar na Meta Global de Adaptação (GGA), incorporando as vozes daqueles que trabalham diariamente, a partir de seus territórios e trincheiras, na construção de um mundo melhor..

**Solicitamos que o Programa de Trabalho de UAE-Belém sobre indicadores realize a medição de dados desagregados. A lista final de indicadores básicos deve ser mensurável em nível global, com subindicadores que considerem os contextos locais e reconheçam todos os biomas como essenciais para manter um clima equilibrado. Devem ser integrados conhecimentos ancestrais e locais como formas válidas de adaptação e sabedoria.**

**Os indicadores financeiros devem ser capazes de medir todo o financiamento para adaptação estabelecido em nível nacional, conforme aplicável globalmente. No plano de implementação dos indicadores, é essencial que grupos de mulheres e gênero, jovens, migrantes, pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades locais e afrodescendentes participem das decisões nos níveis de planejamento, política nacional e implementação, para o acompanhamento e a integração dos indicadores.**

**Convocamos a COP30 a estabelecer uma nova submeta para alcançar financiamento ambicioso para adaptação. Essa meta não deve ser apenas quantitativa de forma a cumprir a escala determinada para o financiamento da adaptação, entendendo que a qualidade do financiamento é crucial para chegar à América Latina e ao Caribe.**

## **AGRICULTURA E SOBERANIA ALIMENTAR**

A soberania alimentar na América Latina e no Caribe é sustentada por mulheres indígenas, afrodescendentes, camponesas e juventudes rurais, que — com sementes nativas, conhecimentos ancestrais e práticas agroecológicas — têm fornecido alimento a nossos povos em harmonia com os territórios. Para nós, como expressam as mulheres Xinkas, não se trata apenas de acesso a alimentos, mas do direito de decidir o que produzir, como cultivar e como consumir em conexão com a terra, a água e a natureza. No entanto, a crise climática e o modelo agroindustrial ameaçam essa base de vida: secas, inundações e pragas reduzem a produção de cultivos tradicionais, aumentando a desnutrição crônica e aguda, especialmente entre crianças e pessoas idosas; monocultivos e agrotóxicos deslocam a agricultura familiar e precarizam o trabalho das mulheres; a introdução de sementes híbridas e transgênicas corrói os sistemas de intercâmbio e resguardo comunitário; e a apropriação de terras e águas força migrações que sobrecarregam as mulheres com tarefas agrícolas, domésticas e de cuidado.

**Os povos resistem com hortas familiares e comunitárias, recuperação de sementes nativas, agricultura urbana, cozinhas solidárias e defesa da água e dos rios frente aos monocultivos. A agricultura e a alimentação são, portanto, resistência e defesa do território. Reforçamos que a agricultura familiar — reconhecida em Bonn como estratégia de ação climática — deve ser protegida e fortalecida como solução real, o que permitiria promover o consumo de mercados locais, menos poluentes e de apoio a produtoras e produtores locais.**

**A soberania alimentar é um direito político e uma condição para a justiça climática: exige políticas públicas feministas que garantam acesso seguro e equitativo à terra, à água e ao financiamento; proíbam megaprojetos extrativistas e agroindustriais que despojam comunidades; reconheçam e protejam defensoras; e integrem juventudes, mulheres e pessoas de gênero diverso como tomadoras de decisão em todos os níveis de governança alimentar.**

## ÁGUA

A água é vida, bem comum e território de espiritualidade para nossos povos. Na América Latina e no Caribe, a emergência climática e o modelo colonial extrativista criam escassez e degradam as fontes de água que sustentam nossas comunidades. Secas mais longas, inundações mais intensas e o uso desmedido desse bem combinam-se com a privatização e o acaparamento de rios e bacias por indústrias extrativas e agroindustriais. O acesso à água torna-se cada vez mais desigual, atravessado por fatores de gênero, raça e classe.

Mulheres e pessoas de gênero diverso — em particular indígenas, jovens, afrodescendentes, camponesas e pescadoras artesanais — são quem mais sofre os impactos: perdem meios de vida, têm sua saúde ameaçada e enfrentam violências ao defenderem seus territórios hídricos.

Diante dessa realidade, afirmamos que a defesa da água deve estar no centro da justiça climática. Exigimos garantias tangíveis da água como direito humano coletivo. Rejeitamos sua mercantilização. Isso significa proibir megaprojetos em territórios com estresse hídrico; retirar investimentos da mineração, de centrais hidrelétricas e do fracking; fazer justiça e reparar as comunidades já prejudicadas.

A partir de um enfoque feminista e interseccional, reivindicamos que as políticas públicas integrem saberes ancestrais e populares na gestão da água e que sejam fortalecidos os processos de educação ambiental que reconheçam seu valor cultural, espiritual e político. Defender a água é defender os corpos, os territórios e a continuidade da vida diante do extrativismo e da colonialidade.

## REIVINDICANDO O MULTILATERALISMO CLIMÁTICO

Os mecanismos multilaterais atuais sobre o clima refletem uma era colonial que não terminou, perpetuando dinâmicas excludentes e deixando o Sul Global para trás. As negociações climáticas fracassaram sistematicamente em alcançar a justiça climática e minaram o direito internacional, desde a marginalização de Estados vulnerabilizados, povos indígenas e sociedade civil - até permitir que os países mais ricos e maiores poluidores históricos se esquivem de suas obrigações legais e responsabilidades. A evidente desconexão com as realidades locais manifesta-se na ausência de perspectivas rurais e comunitárias. Os principais poluidores — em particular as nações do Norte Global — apropriaram-se desses processos, convertendo espaços supostamente “para nós” em plataformas desprovidas de coerência com nossas experiências territoriais.

Espaços como as COPs costumam funcionar, por padrão, como zonas comerciais excludentes, nas quais, ano após ano, delegadas e delegados — especialmente do Sul Global, mulheres afrodescendentes e comunidades LGBTQIAP+ — enfrentam obstáculos econômicos e discriminatórios significativos para obter vistos e participar das negociações climáticas, mesmo quando formalmente credenciados. Os altos custos de participação criam barreiras estruturais intransponíveis para muitas de nós, que precisamos deixar nossas comunidades e famílias por semanas, assumir cargas de cuidado redistribuídas e enfrentar o ritmo frenético das negociações, que impacta nossos corpos. Isso, somado à barreira linguística para muitos países da região, faz da participação e inclusão de nossos povos uma questão de relações públicas, e não de participação significativa.

**Exigimos uma transformação radical que ponha fim à captura do processo climático por um pequeno grupo de países que mantém o mundo refém de seus interesses particulares e bloqueia a ambição necessária diante da urgência da crise climática. Os Estados devem assumir compromissos vinculantes com a diversidade, garantindo o acesso e a participação efetiva de mulheres e de diversidades afrodescendentes, caribenhas, indígenas e feministas nos espaços de negociação nacionais e internacionais. Reivindicamos, ainda, a adoção de políticas rigorosas de prevenção de conflitos de interesse, que excluam representantes de indústrias poluentes das delegações oficiais e das equipes da presidência.**

**Por fim, exigimos o pleno cumprimento dos compromissos assumidos e ratificados na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e no Acordo de Paris, conforme reafirmado recentemente por resoluções da Corte Internacional de Justiça e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Isso inclui o reconhecimento da mudança do clima como um risco existencial universal, causado de forma inequívoca pela atividade humana, e o dever dos Estados de preveni-la em conformidade com os Direitos Humanos, com enfoque interseccional.**